

Boletim

Nº 2.045 - Ano 45 - 4 de fevereiro de 2019

HORIZONTES MENOS PLANOS

A 13ª edição do Festival de Verão da UFMG, que será realizada na próxima semana (11 a 14 de fevereiro), tem como tema *Desaplanando horizontes*, que significa tornar as coisas menos planas, enxergando-as pelos olhos dos outros. Esse mote inspirou a diversificada programação do evento, que inclui, entre outras atividades, oficinas sobre dramaturgias, quadrinhos e corpo feminino, passeio por bairro tradicional de Belo Horizonte e debates sobre vivência transexual, populações de rua e refugiados.

Páginas 4 e 5

UFMG aglutina esforços
para atuar em Brumadinho

Página 3

Rupturas de barragens de rejeitos: um **CRIME** contra a **HUMANIDADE?**

Jandira Maciel da Silva e

Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro*

Estamos diante de mais uma inaceitável tragédia social envolvendo o mundo do trabalho e o meio ambiente: a ruptura de barragens de rejeitos minerários do Córrego do Feijão da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), ocorrida em 25 de janeiro último. É lamentável dizer que esta não é a primeira e, ao que tudo indica, não será a última tragédia do gênero. Podemos citar alguns casos significativos, registrados nas últimas três décadas, de rompimentos de barragens de mineradoras que resultaram em mortes e/ou danos humanos e ambientais no estado: Grupo Itaminas (Itabirito, 1986), Mineração Rio Verde (Nova Lima, 2001), Mineradora Rio Pomba Cataguases (Mirai, 2007), Companhia Siderúrgica Nacional (Congonhas, 2008), Herculano Mineração (Itabirito, 2014) e Samarco/Vale/BHP Billiton (Mariana, 2015).

Em Minas, existem várias barragens classificadas como de alto risco, entre as quais, muitas pertencem à Vale. O mesmo acontece com barragens localizadas em outros estados brasileiros, a exemplo do Pará, Rondônia e Mato Grosso. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), as barragens que se romperam em Brumadinho estavam classificadas na categoria de “alto dano potencial associado”. Não podemos esquecer que há pouco mais de três anos a mesma Vale, juntamente com a Samarco/BHP Billiton, foi responsável pelo gravíssimo crime socioambiental da Barragem de Fundão, em Mariana, que atingiu todo o território da Bacia do Rio Doce, matou 19 pessoas e deixou centenas de desabrigados. O tempo decorrido entre as duas tragédias não foi e nunca será suficiente para cicatrizar as feridas que estão nos corpos, nas mentes, nos corações e nas almas das populações que habitam o território do Doce. Elas sequer foram tratadas e reparadas e já nos deparamos com novo caso envolvendo a mesma empresa.

A história de recorrências de rompimentos de barragens em Minas parece demonstrar que nada ou pouco se aprendeu e se fez a partir das tragédias ocorridas, em particular daquela causada pela Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana. Em Brumadinho, questões básicas de segurança não foram adotadas ou não funcionaram: as sirenes não tocaram para alertar trabalhadores e comunidades do entorno; o setor administrativo e o refeitório foram instalados próximos e à jusante da barragem que se rompeu, entre outras.

Nem a empresa nem o Estado parecem ter corrigido suas posturas e práticas para reparar os casos antigos e evitar casos futuros. O Estado, além de continuar com grandes falhas na fiscalização, flexibilizou a legislação relativa à licença ambiental e também a trabalhista, precarizando as condições e as relações de trabalho. E agora, de novo, vêm à tona destruição, mortes, adoecimentos, sofrimentos, perdas, danos, desamparo, desinformação, despreparo, desrespeito, omissões, conivências, irresponsabilidades, incompetências, impunidades e injustiças. O número final dos atingidos em Brumadinho, incluindo mortos e desaparecidos, ainda não está consolidado, mas

já se sabe que muitos corpos não serão localizados, aumentando em muito o sofrimento daqueles que sequer terão o direito de velar e enterrar seus familiares e amigos.

Pela sua dimensão, o rompimento das barragens da Vale em Brumadinho não foi mais uma banal, restrita e “acidental” ruptura de barragem. Pelo contrário: já se pode observar a presença de gravíssimas (in)consequências. Mais um avassalador “mar de lama” foi formado. Centenas de trabalhadores, a maioria da Vale, e outras pessoas morreram, neste que já pode ser considerado como o maior acidente de trabalho do Brasil. Não há dúvida de que cabe à empresa reparar e arcar com os danos causados aos atingidos, ao meio ambiente e ao Estado. Cabe ao Estado assumir seu papel regulador e fiscalizador das condições de operação das empresas do setor mineral, visando à proteção dos indivíduos e da coletividade. À sociedade civil, cabe liderar a luta por condições de vida e de trabalho dignas para todos.

Os impactos e os cuidados à saúde dos atingidos exigem uma abordagem ampliada com o reconhecimento e a integração das dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais do processo saúde-doença, numa perspectiva individual e coletiva, no curto, médio e longo prazos. A população atingida, incluindo trabalhadores e voluntários envolvidos no resgate e no cuidado imediato daqueles diretamente impactados pela catástrofe, deve ser suprida nas suas necessidades assistenciais e de vigilância em saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Um “acidente” ampliado do trabalho, que deve ser sempre entendido como evento evitável e prevenível, tem sua origem num determinado ambiente, cujos impactos e efeitos se estendem para outros ambientes causando danos humanos, ambientais, sociais e econômicos. É importante frisar que não haveria tragédia se não houvesse uma causa e um risco no processo de trabalho da mineradora. Esse entendimento é importante para que se estabeleçam estratégias efetivas de intervenção que privilegiem a atuação sobre os determinantes-causas e não só sobre os efeitos.

Por detrás desse complexo evento, há um processo histórico de modelo de desenvolvimento econômico e social, com diversos atores sociais envolvidos num cenário de contradições e conflitos de interesses. Nesse sentido, a ideia de crime contra a humanidade, com a qual se inicia esta pequena contribuição ao debate, nos parece pertinente. Esse conceito começou a ser formulado para os crimes de guerra e passou a ser gradativamente ampliado para outras áreas, inclusive para agressões ao meio ambiente a partir de 2016 (ecocídio). Um “acidente” do trabalho ampliado que gera um ecocídio e um ergocídio deveria ser considerado crime contra a humanidade com todas as suas implicações jurídicas e penais.

*Professores do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina

ESFORÇO COORDENADO

UFMG se mobiliza em múltiplas frentes para apoiar população e territórios atingidos por rompimento da barragem em Brumadinho

Itamar Rigueira Jr.

Professores, estudantes e técnicos da UFMG, de áreas como direito, medicina, engenharia, psicologia, veterinária e educação, mobilizaram-se desde os primeiros momentos após o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, para prestar assistência à comunidade e colaborar com o poder público. A barragem de rejeitos rompeu-se no último dia 25 e deverá provocar mais de 300 mortes, segundo estimativa da última semana, e grande devastação ambiental.

Dirigentes e pesquisadores têm-se reunido para organizar a atuação da Universidade, que prevê ações de curto, médio e longo prazos, em múltiplas frentes. Essa mobilização tira proveito da experiência do programa Participa UFMG Mariana-Rio Doce, que reuniu dezenas de pesquisadores para fazer frente ao impacto do desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, há pouco mais de três anos.

“Estamos à disposição da sociedade em mais este momento trágico. É nosso papel de instituição pública dotada de recursos técnicos e humanos de excelência”, afirmou a reitora Sandra Regina Goulart Almeida. A pró-reitora de Extensão, Claudia Mayorga, tem destacado a preocupação da Universidade em atuar alinhada com princípios éticos e de respeito aos direitos humanos. “Estamos unindo o que temos de melhor, articulando saberes. E somos cuidadosos na aproximação, atentos ao luto da comunidade”, disse.

Banco de informações

Logo após o rompimento da barragem, a UFMG ofereceu a estrutura dos hospitais das Clínicas e Risoleta Tolentino Neves. Em poucos dias, já organizava um banco de informações sobre profissionais e estudantes que poderiam ser acionados para necessidades diversas. A instituição também tem oferecido transporte para as equipes que têm atividades *in loco*. E estão sendo previstas ações mais duradouras de grupos temáticos. Pesquisadores da Escola de Engenharia, por exemplo, alimentam o debate sobre soluções para substituição de barragens de rejeitos ultrapassadas e de alto risco e as possibilidades de aproveitamento desses rejeitos em benefício da sociedade.

Um dos primeiros núcleos da UFMG a chegar a Brumadinho foi o Polos de

Cidadania, vinculado à Faculdade de Direito. Cerca de 20 integrantes estão prestando, a famílias e entidades, apoio jurídico, social, psicológico, ambiental e na área da comunicação.

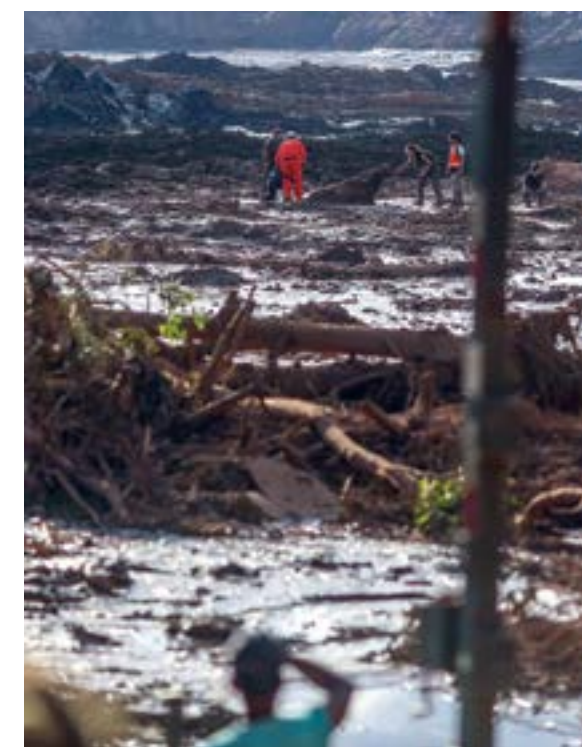
A experiência com populações em situação de conflito socioambiental e atingidas por tragédias como a de Brumadinho ajuda a identificar rapidamente as violações de direitos. “Junto com o tsunami causado pelo rompimento da barragem em si, vem a falta de informação, cuidado e transparência”, relata o professor do Departamento de Psicologia André Freitas Dias, um dos coordenadores do programa de extensão. A equipe do Polos trabalha em parceria com a organização Abrace a Serra da Moeda, o núcleo de gestão social da PUC Minas e a OAB/MG, entre outros. De acordo com o coordenador, o apoio psicológico segue diretrizes estabelecidas pelas entidades de classe para situações de tragédia.

Animais

Professores e residentes da Escola de Veterinária estão envolvidos com o resgate e o tratamento de animais na área atingida. A unidade envia médicos veterinários, remédios e material e mantém seu hospital, localizado no campus Pampulha, pronto para receber animais feridos. O trabalho é realizado em parceria com a brigada do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que conta com alunos da Escola.

Os profissionais da UFMG participam de todas as fases da ação, desde a avaliação da viabilidade do resgate até a decisão sobre a necessidade da eutanásia. “Há cuidados especiais em aspectos como a sedação e o içamento dos animais. Quando é preciso recorrer à eutanásia, o procedimento segue a legislação que garante o mínimo sofrimento”, explica a diretora da Escola de Veterinária, Zélia Lobato. A unidade enviou ao local um ônibus equipado para pequenos procedimentos, inclusive cirúrgicos.

A experiência pós-desastre de Mariana também inspira os planos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo,



O resgate de animais é uma das frentes de trabalho da UFMG em Brumadinho

da Faculdade de Educação. Em situações como essa, o grupo trabalha para atenuar problemas enfrentados por pessoas que perderam terras e acesso à água.

“Apoiamos o processo de reconstrução dos modos de produção e reprodução da população do meio rural. Muitas vezes crianças e jovens atingidos por desastres perdem também as escolas, que têm papel crucial no campo, para garantir a permanência no território”, explica Izabel Antunes, coordenadora do Núcleo. Segundo ela, as pesquisas e a intervenção do grupo contribuem para preparar gestores e professores para receber os jovens deslocados de suas regiões, cujas famílias foram destituídas de suas atividades de subsistência.

Até 15 de fevereiro, a Pró-reitoria de Extensão cadastra representantes de instituições e movimentos sociais interessados em integrar o Programa Participa UFMG-Brumadinho. O objetivo é organizar a cooperação em benefício da população e do território atingidos pelo desastre. O cadastramento é feito por meio de formulário eletrônico (<https://bit.ly/2Utask5>). Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail participaufmg@ufmg.br.

Os OLHOS do OUTRO

Com o tema *Desaplanando horizontes*, Festival de Verão da UFMG terá atividades inspiradas na ideia de alteridade

Matheus Espíndola*

A diversidade será a tônica da 13ª edição do Festival de Verão da UFMG. As oficinas, palestras e apresentações que compõem a programação têm a proposta de articular cultura, ciência e arte, produzindo conhecimento com base nas vivências múltiplas dos participantes. Com o tema *Desaplanando horizontes*, o Festival será realizado de 11 a 14 de fevereiro, com quase todas as atividades sediadas no Centro Cultural e no Conservatório UFMG.

O mote *Desaplanando horizontes* nasceu do livro *Desaplanar*, neologismo criado pelo quadrinista e professor Nick Sousanis. O termo significa “ver pelos olhos do outro” e remete à pluralidade de pensamentos. “Desaplanar é deixar as coisas menos planas. Para isso, precisamos enxergar suas nuances, estabelecendo contato com pontos de vista até então encobertos”, explica a professora Denise Araújo Pedron, coordenadora geral do evento. Para ela, ampliar a percepção e cruzar diversas linhas de raciocínio é fundamental porque “pode nos revelar uma multiplicidade de mundos que trazemos em nós mesmos e que nos permitem elaborar, viver, criar”.

O Festival vai oferecer 13 oficinas, eventos culturais e um ciclo de debates sobre questões que envolvem moradores de rua, refugiados e transexuais. “Conversar abertamente é uma forma de desconstruir preconceitos, promover um diálogo mais humano e gerar sensibilidade. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade justa e inclusiva”, observa Denise Pedron.

Expansão do entendimento

No plano das artes cênicas, a oficina *Teatro(s) negro(s): dramaturgias e outras fabulações*, ministrada pela linguista Soraya Martins e pelo dramaturgo Anderson Feliciano, será espaço de reflexão sobre a cena contemporânea produzida por artistas negros. “O teatro negro extrapola a abordagem das religiões e das mazelas históricas. Vamos trazer outras narrativas que expandam esse entendimento”, anuncia Soraya.

A atividade *Solo em foco*, mediada pelos atores Ludmilla Ramalho e Gui Augusto, vai fornecer ferramentas para que atores, bailarinos e poetas possam criar suas próprias performances solo. Ministrada pela professora de teatro Marina Marcondes Machado, a oficina *Pequenas dramaturgias* é direcionada a estudantes do ensino médio interessados na escrita de dramaturgias, com o objetivo de fomentar a autoria de cenas curtas.



Oficina *Casa natural*: encontro com a cultura dos povos do interior

A atriz Myriam Nacif, docente do curso de teatro da UFMG, vai mostrar, na oficina *Da brincadeira à arte*, como a criação cênica está relacionada à espontaneidade. “As dinâmicas de roda também são um meio importante de romper com o individualismo, cada vez mais presente nas relações atuais”, observa Myriam. A oficina *O feminino em dança: criatividade e espiritualidade*, a cargo da dançarina e psicóloga Renata de Almeida, vai desenvolver o potencial criativo das participantes, por meio de danças cigana e circular, e exercícios de improvisação e práticas de escrita criativa.

Conhecimento saboreado

Na oficina *Casa natural – o resgate do cuidado*, o arquiteto Carlos Solano vai trazer à tona o cuidado com o corpo, o vestuário, a morada, a cidade e o planeta, fundamentado na cultura dos povos simples do interior do país. “O conhecimento precisa ser saboreado, por meio de vivências artísticas”, defende o professor.

A atividade *Mulheres, corpo e autonomia* vai estimular a troca de vivências entre as mulheres sobre seus corpos e práticas relacionais, incluindo conhecimento anatômico e ciclos hormonais. O objetivo é propiciar familiaridade com os processos orgânicos e sua relação com a sociedade.

Rolezinho Lagoinha é o nome da atividade que consistirá em passeios temáticos a pé pelas ruas do tradicional bairro Lagoinha, conduzidos por pessoas conhecedoras da história da região.

Com o objetivo de compreender a natureza por meio do entendimento sobre a forma dos organismos, a oficina *Geometria do pensar* propõe-se a desenvolver habilidades de visualização e senso espacial, abordando temas como percepção sensorial, raciocínio lógico e dinâmica de movimento. A atividade será ministrada pelo professor Waldo Lima do Valle.

Desenho e animação

A oficina *Superman, das origens nos quadrinhos à Segunda Guerra Mundial* vai abordar a trajetória dos criadores do personagem e o contexto histórico, social, cultural e político, desde sua concepção, em 1937, até a Segunda Guerra Mundial. Ela será ministrada pelo professor e historiador Afonso Andrade.

A atividade *Todo mundo consegue fazer quadrinhos*, a cargo do professor de cinema Leal Werneck, vai trabalhar os princípios básicos do design de personagens e das técnicas narrativas utilizadas em histórias em quadrinhos, cinema, televisão, publicidade, cinema de animação e videogames. “Para participar, não é preciso saber desenhar”, esclarece Werneck, que leciona na Escola de Belas-Artes (EBA) da UFMG. *Desenho e cartoon*, oficina ministrada pelo cartunista Lucas Ramon Maciel, pretende introduzir os participantes no mundo dos cartuns.

A artista plástica Ana Göbel vai mediar a atividade *Asas da imaginação: animação por meio do retroprojeter*. O público será estimulado a produzir animações de luz e sombra usando desenhos em folhas de acetato, colagens, recortes, bonecos articuláveis e outros objetos. “O retroprojeter é uma imensa fonte imagética, já que pode projetar tudo o que é colocado sobre ele”, observa Göbel, ao se referir a um aparelho que era muito utilizado por professores em salas de aula até o início dos anos 2000.



Rolezinho Lagoinha: passeio pela história de um dos bairros mais antigos de BH



Na oficina *Solo em foco*, os artistas poderão criar suas próprias performances



Tutu com Tacacá: carimbó paraense em terras mineiras

Luta, coragem e afeto

No ciclo de debates *População de rua, ocupações, arte e cultura*, o ativista Leonardo Vieira apresentará um diagnóstico da moradia de rua no Brasil. A necessidade de uma profunda reforma urbana e a ausência de uma política habitacional adequada no país estarão entre os assuntos em pauta. A pesquisadora e diretora de teatro Cristina Tolentino, por sua vez, fará um relato sobre o Grupo de Teatro Mulheres de Luta, coletivo com foco na trajetória de emancipação feminina formado por mulheres da Ocupação Carolina Maria de Jesus. “Essas mulheres expõem seus corpos em cena simbolizando a transição da limitada vida doméstica à luta pela dignidade humana, dando um sentido libertário às suas vidas e à sua comunidade”, descreve Tolentino.

Com o tema *O refugiado, este outro*, o antropólogo congolês Felix Caputo, ancorado em sua própria experiência, ministrará palestra sobre as histórias, motivações e expectativas dos povos refugiados. Por fim, na mesa *Transvivência: diálogos sobre o direito à diferença na universidade*, o professor Paulo Henrique Nogueira vai apresentar pesquisa sobre a situação de estudantes transexuais na UFMG. Também participará do debate a servidora Samara Pimenta, que fará um relato sobre sua transição de gênero e implicações em seu ambiente de trabalho.

Entre as apresentações artísticas, o concerto *Suíte capoeira* envolverá o público, na abertura do Festival, com uma tradicional roda de capoeira, embalada pelo som de berimbaus e diversos instrumentos de orquestras. “Trata-se de uma obra sinfônica, densa, complexa, rompedora de paradigmas artísticos na medida em que inclui a capoeira e seu instrumental, com berimbaus, atabaque, pandeiro, agogô e reco-reco”, descreve o músico Rafael Calaça, autor da performance. O banquete *O Ajéum que nos une* – cerimônia africana baseada na preparação e oferta de comida à orixá Yemonjá – também está programado para segunda-feira, dia 11.

Os espetáculos teatrais *Para Rocío Jurado e Todas as vozes, todas elas* (ambos previstos para terça-feira, dia 12) e *Assembleia comum* (na quarta-feira, dia 13) também compõem a programação, que será encerrada na quinta-feira, dia 14, com a festa *Tutu com Tacacá convida Bloco da Fofoca*, marcada pelo encontro entre o carimbó paraense e a musicalidade mineira.

A programação do evento e outras informações, incluindo inscrições, estão disponíveis no site ufmg.br/festivaldeverao/.

*Colaborou João Paulo Alves

CONFLUÊNCIA de SABERES

Estudantes indígenas estimulam integração da medicina tradicional com a ocidental

Karla Scarmigliat*

O Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas mantido pela UFMG está estimulando, em sala de aula, a integração da medicina convencional com aquela praticada pelos povos indígenas. Três estudantes indígenas já se graduaram na Faculdade de Medicina, uma está em curso e outros dois devem iniciar seus estudos neste semestre. Fora das salas, a meta é fortalecer redes de colaboração para que esse intercâmbio seja feito por “plataformas de tradução do conhecimento”, expressão usada para identificar as equipes de especialistas que transformam evidência científica em políticas públicas.

Foi com esse propósito que o professor Ulysses Panisset, do Departamento de Medicina Preventiva e Social, desembarcou no Canadá, em dezembro passado. Ele participou de evento promovido pela Escola de Saúde Pública da Universidade de Alberta. O objetivo foi discutir as melhores formas de integrar o conhecimento obtido por meio de métodos científicos ao conhecimento tácito, que vem da sabedoria de vida dos povos indígenas.

“No Canadá, existe o entendimento de que ‘as primeiras nações’, como chamam os povos indígenas, têm direitos adquiridos e conhecimentos que podem beneficiar toda a sociedade”, enfatiza o professor. No Brasil, no entanto, a perspectiva é outra. “O preconceito e a ignorância sobre a riqueza da nossa cultura indígena são uma barreira para o reconhecimento da influência desses povos e têm de ser combatidos com medidas práticas, como o programa de inclusão da UFMG”, alerta o professor.

Política de inclusão

Lançado em 2009, o Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas tornou-se permanente em 2016. A estudante Adana Kambeba, do 11º período da Faculdade de Medicina, foi aprovada em vestibular específico para povos indígenas e pretende associar os conhecimentos da medicina tradicional aos da científica.

“O curare, por exemplo, é uma planta usada pelos indígenas durante a caça e exerce ação paralisadora. Nos hospitais, o curare é utilizado como anestésico durante as cirurgias, por ser um bloqueador neuromuscular”, explica Adana.

Também convidada a participar do evento na Universidade de Alberta, no Canadá, ela levou o conhecimento medicinal de povos da região amazônica e de redes indígenas de outras partes do Brasil. Segundo Adana, o encontro foi importante para conhecer e ouvir outros “parentes” indígenas, ou irmãos, forma como os povos indígenas de todo o mundo se denominam.

Convivência

Para o professor Ulysses Panisset, a convivência com os estudantes indígenas cria um ambiente de aprendizado mutuamente privilegiado. “A maior contribuição é o ensino e a prática do amor à natureza e proteção de ecossistemas delicados. É preciso entender que a sabedoria milenar acumulada por esses povos pode beneficiar as suas vidas e a de outros brasileiros”, comenta.

De acordo com o professor, o uso sustentável dos extratos medicinais, que são exaustivamente pesquisados dentro e fora do país, é um exemplo de sabedoria que deve ser aprendida com a po-



Adana Kambeba: acesso ao conhecimento tradicional pela voz indígena

Carol Morena | Faculdade de Medicina

pulação indígena. “Existe muita cobiça internacional pelos extratos medicinais da Amazônia, por exemplo. Nossa diversidade é ainda gigantesca”, completa.

Adana Kambeba também vê com bons olhos a convivência entre os estudantes de diferentes etnias. “Muitas pessoas não têm acesso ao conhecimento dos povos indígenas e passam a tê-lo por meio da nossa voz, sem mediação, e dos nossos comportamentos e posturas. Alguns professores e alunos até nos agradecem por compartilharmos um pouco da nossa cultura. Temos muito a contribuir”, ressalta.

Caminho de volta

O estilo de vida moderno cria hábitos alimentares inadequados, que podem resultar no desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e enfermidades do coração. Segundo a Organização Mundial da Saúde, mais de 15 milhões de pessoas com idade entre 30 e 70 anos morrem todos os anos em decorrência dessas doenças, que já afetam a população indígena. No Brasil, o Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena mostra crescimento das doenças não transmissíveis, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, onde o sobrepeso e a obesidade já atingem mais de 50% das mulheres.

Para Adana, é preciso fazer o “caminho da volta às origens”, o que passa pela alimentação. “A nossa alimentação, no geral, é muito variada e saudável. Mas temos deixado a comida industrializada ganhar espaço no nosso dia a dia. Povos indígenas de continentes longínquos, de línguas, culturas, conhecimentos e tradições diferentes têm compartilhado os mesmos problemas de saúde. Precisamos pensar no caminho de volta para a origem da nossa alimentação e resgatar o modo como os nossos avós, bisavós e os mais antigos se alimentavam”, frisa a estudante.

De acordo com ela, o embasamento científico é essencial para o fortalecimento de políticas públicas. “Os pesquisadores indígenas trabalham para que, dentro dos padrões científicos, seja possível traçar estratégias que poderão ser aplicadas aos povos de diferentes regiões do país e do mundo”, conclui Adana Kambeba.

*Jornalista do Centro de Comunicação da Faculdade de Medicina

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 20/2018, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece períodos para protocolo de propostas de ajustes e reformas curriculares de cursos de graduação e de ajustes de estruturas formativas junto à Pró-Reitoria de Graduação.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, considerando o disposto nos artigos 34 e 59 a 61 da Resolução Complementar nº 01/2018, de 20 de fevereiro de 2018, que estabelece as Normas Gerais de Graduação da UFMG, bem como a proposta aprovada pela Câmara de Graduação, e como objetivo de adequar a tramitação dos processos de ajustes e reformas curriculares aos períodos definidos no Calendário Escolar da UFMG para os procedimentos de oferta de atividades acadêmicas curriculares, resolve:

Art. 1º As propostas de ajustes e reformas curriculares de cursos de graduação e de ajustes de estruturas formativas efetuados por Colegiados de Cursos de Graduação, deverão ser protocolizadas na Pró-Reitoria de Graduação nos períodos de 15 de fevereiro a 31 de março e 1º de agosto a 15 de setembro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nessa data.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 05/2018, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Cria Centro de Referência em Inovação para Educação em Engenharia (CRIEE) como Órgão Complementar vinculado à Escola de Engenharia da UFMG.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias regimentais, considerando a proposta da Congregação da Escola de Engenharia e o Parecer nº 21/2018 da Comissão de Legislação sobre a matéria, resolve:

Art. 1º Criar o Centro de Referência em Inovação para Educação em Engenharia (CRIEE), como Órgão Complementar vinculado à Escola de Engenharia da UFMG.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Informativo da UFMG.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário

Acontece

DOMINGO NO CAMPUS

Servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes da UFMG que desejarem promover, voluntariamente, atividades nas edições do Domingo no Campus em 2019 podem enviar propostas até as 16h de 22 de fevereiro, por meio de formulário eletrônico (<https://bit.ly/2HDYsej>).

As atividades selecionadas vão integrar a programação das quatro edições do evento neste ano: dias 7 de abril, 9 de junho e 22 de setembro, no campus Pampulha, em Belo Horizonte, e 19 de maio, no Instituto de Ciências Agrárias (ICA), em Montes Claros.

As propostas podem contemplar práticas artísticas e culturais que não exijam palco e estrutura de equipamentos de amplificação, assim como atividades esportivas, recreativas e brincadeiras. Não haverá pagamento de cachês nem disponibilização de orçamento para produção. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail eventos@proex.ufmg.br.



Tobogã na lona: atividade sugerida em 2018

Júlia Duarte | UFMG

INDICAÇÃO DE REITORES

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) publicou em seu portal (<https://bit.ly/2T4X477>), no último dia 23, nota sobre a nomeação dos reitores nas universidades federais do país. No texto, a entidade destaca “a importância de serem conduzidos ao cargo de reitor ou reitora aqueles docentes autonomamente indicados em primeiro lugar pelo colégio eleitoral de suas respectivas universidades”.

Ao lembrar que, nos próximos quatro anos, todas as universidades federais vivenciarão a renovação ou mudança de seus gestores, a nota destaca que “a democracia não é um simples meio, mas um valor universal. Como método mais legítimo de expressão da vontade coletiva, não pode ser descartada, necessitando, sim, ser sempre aprimorada”.

RANKING

A UFMG ascendeu 23 posições em ranking de universidades de países emergentes e se posiciona entre as seis principais instituições de ensino superior do país, segundo a edição 2019 do Times Higher Education (THE) Emerging Economies University Rankings (<https://bit.ly/2stNuxB>). A classificação, divulgada no dia 15 de janeiro, avaliou 442 universidades de 43 países classificados como “emergentes avançados”, “emergentes secundários” ou “de fronteira”.

O grupo das seis brasileiras mais bem colocadas reúne a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (Unicamp), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a UFMG, que ficou na 127ª posição geral.

Em mensagem à UFMG, a editora do THE, Ellie Bothwell, elogiou o desempenho da Universidade em um cenário em que 17 das 36 instituições brasileiras, incluindo as duas mais bem colocadas, caíram de posição. “A ascensão da UFMG demonstra ser muito consistente em cada critério analisado, pois melhorou sua performance nos indicadores Citações, Pesquisa e Internacionalização, na comparação com 2018, e manteve-se estável em Ensino. Isso indica um cenário promissor para os anos que se avizinham”, analisou a editora.

ROCK na REPÚBLICA

Tese da História revisita os anos 1980 para mostrar como a juventude contribuiu para o debate por meio da música popular e de outras artes

Itamar Rigueira Jr.

“Que país é este?”, perguntava Renato Russo, da Legião Urbana, num dos maiores sucessos do rock brasileiro dos anos 1980. De diversas formas e pontos de vista, muitos outros compositores e bandas da então nova geração também tentavam entender e discutir o Brasil. As canções dialogavam com a transição política e falavam de uma nova maneira de apropriação da cidade.

“A década de 80 ganhou a fama de década perdida, e os jovens eram tidos como alienados, porque foram criados sob a censura do regime militar e a cultura de massa. Mas não era bem assim, como demonstram as canções críticas, povoadas de personagens que procuravam caminhos para se colocar no mundo público”, afirma o pesquisador Bruno Viveiros Martins, que defendeu, em dezembro, na Fafich, a tese *Pro dia nascer feliz: a Nova República e o rock brasileiro na década de 1980*.

De acordo com o pesquisador, o rock foi o fio condutor da participação da juventude na vida do país. “As bandas não cantavam apenas o universo dos jovens, os eventos políticos eram abordados no calor da hora. As músicas misturavam bom humor, ironia, crítica ácida e direta, otimismo ou pessimismo, e bebiam em fontes variadas, do reggae ao progressivo e ao punk”, comenta Bruno Viveiros, que compõe a equipe do Projeto República da UFMG. “Em grande parte, por meio do rock, a juventude contribuiu para a democratização do debate no país.”

Bruno acrescenta que a diversidade era um dos grandes trunfos daquela geração. A influência do rock inglês e norte-americano era naturalmente forte, mas grupos como os Paralamas de Sucesso buscaram o diálogo com os ritmos do Caribe, da África e da América do Sul. “Ao mesmo tempo, com-

positores como Cazuzza, Arnaldo Antunes e Renato Russo usavam sua farta bagagem cultural para *conversar* com as linguagens de outras artes”, diz o autor da tese.

De acordo com Bruno Viveiros, as narrativas do rock dos anos 1980 tinham relação estreita com o cinema – em filmes como *Bete Balanço*, *Rock estrela* e *Rádio pirata* –, os quadrinhos de Angeli, a série de TV *Armação ilimitada*, os artistas da exposição *Como vai você, Geração 80*, a literatura de Marcelo Rubens Paiva, autor de *Feliz ano velho*, e a poesia de Antônio Cícero, que compunha com a irmã Marina Lima.

Personagens nas ruas

Bruno Viveiros adquiriu LPs, CDs e DVDs, consultou arquivos públicos, publicações na imprensa e na internet e assistiu a videoclipes e programas de televisão como o do Charinha. Dos cartazes de divulgação e capas de discos, o pesquisador extraiu informação que vai dos signos visuais às dedicatórias dos artistas.

A tese também revela como a canção refletiu a relação dos jovens com os centros urbanos, que cresciam de modo vertiginoso e desordenado, e a cidade – mais moderna e multicultural – como lugar de protesto e agitação política. “Os compositores criaram personagens, como Marvin (Titãs), Katia Flávia (Fausto Fawcett) e o casal Eduardo e Mônica (Legião Urbana), que flanavam pelas ruas e no *underground*, transpiravam tédio e melancolia e, sobretudo, se manifestavam”, diz Bruno Viveiros.

Como afirma o autor na conclusão de seu trabalho, desigualdade econômica, injustiça social e luta por direitos inspiram narrativas carregadas de inconformismo, crítica e, por vezes, desilusão e pessimismo. “As contradições e ambiguidades da socie-

dade brasileira aguçam um olhar dotado também de estranhamento”, ele escreve. “Ao mesmo tempo, o encantamento diante de alternativas próprias do país possibilita que uma nova geração de compositores, cada um a seu modo, ainda aposte que o caráter instável dessas mesmas contradições pode evitar a nossa ruína.”

Ainda em seu texto, Viveiros ressalta que o rock, aliado a outros suportes de circulação de ideias, “articulou uma nova gramática política com as linguagens da imaginação cultural brasileira. Dessa forma, os roqueiros oferecem sua contribuição para um novo projeto político para o Brasil. Um projeto mais democrático, que valoriza a participação popular na cena pública”.



Reprodução

LP *Ideologia*, de Cazuzza, lançado em 1988

Tese: *Pro dia nascer feliz: a Nova República e o rock brasileiro na década de 1980*

Autor: Bruno Viveiros Martins

Orientadora: Heloisa Starling

Defesa: dezembro de 2018, no Programa de Pós-graduação em História